



Relatório e Contas 2012

Índice

Mensagem do Conselho de Administração

1. Introdução
2. Apreciação Global de Gestão
 - 2.1. Consolidação de Estratégias prosseguidas
 - 2.2. Desenvolvimento dos Projetos
 - 2.2.1. Escolas de Natação
 - 2.2.2. Desporto escolar
 - 2.2.3. Clube Desportivo
 - 2.2.4. Apoio ao desporto
 - 2.2.5. Natação para alunos deficientes
 - 2.2.6. Manutenção
 - 2.2.7. Recreação
 - 2.2.8. Artes marciais
 - 2.2.9. Aeróbica
 - 2.2.10. Ginásio
 - 2.2.11. Hidroginástica
 - 2.2.12. Hidro Cycling
 - 2.2.13. Hidroterapia
 - 2.2.14. Promoção do desporto
 - 2.2.15. Projeto Sénior
 - 2.2.16. Frequência do complexo das Piscinas
 - 2.3. Responsabilidade Social
 - 2.4. Divulgação de projetos e atividades
 - 2.5. Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços
3. Órgãos Sociais da Gespaços
 - 3.1. Nomeação e Tomada de Posse
 - 3.2. Composição
4. A organização administrativa e os Recursos Humanos
5. Fiscal Único
6. Suplente do Fiscal Único

Situação Económica e Financeira

1. Envolvente macroeconómica
2. Situação da Empresa
 - 2.1. Rendimentos e Gastos
 - 2.2. Resultados
 - 2.3. Situação Patrimonial
 - 2.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
 - 2.5. Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
 - 2.6. Dívidas Ao Estado e Segurança Social
 - 2.7. Notas Finais

Factos relevantes após o termo do exercício

Evolução previsível da Empresa

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerações Finais

Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal de Contas

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, no seu terceiro ano completo de mandato, deu continuidade em 2012 às linhas de orientação estratégica a que se propôs para o mandato que termina em 2013.

O ano de 2012 foi um exemplo das dificuldades e desafios, que esta Empresa Municipal foi competente em ultrapassar, conseguindo, em grande medida, atingir as principais metas propostas há um ano atrás.

Nesta linha de continuidade de Gestão da Empresa Municipal, alguns objectivos estiveram sempre presentes em todas as ações levadas a cabo pelo Conselho de Administração. Como entidade executória de políticas do Município, compete à Empresa a execução de todas as deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio, lazer e cultura, o que tem sido feito de forma contratual, com respeito pelos princípios da eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

Sempre preocupados em controlar todos os custos da atividade operacional da Empresa Municipal, acompanhámos de perto a possibilidade de reduzir os mesmos, sem colocar em causa os objetivos de prestação de um serviço público de qualidade.

A gestão eficiente dos recursos públicos é uma obrigação assumida por este Conselho de Administração. Temos uma preocupação diária em melhorar a qualidade da prestação de serviços a todos os munícipes.

Ao longo do ano de 2012 houve uma grande preocupação nos atos de Gestão e Governo da Empresa Municipal, seguindo sempre os princípios acima delineados. Com esse objetivo bem presente, procurámos rentabilizar ao máximo os recursos colocados à disposição Gespaços. Na primeira metade de 2012 concluímos um projeto de relevante importância para a cidade de Paços de Ferreira – Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira, verificando-se a abertura ao público em Maio de 2012.

Neste ano de 2012, com um cenário mundial de crise a vários níveis (já sentidos de forma acentuada nos anos de 2009, 2010 e 2011), assistimos a um ano marcado pela elevada volatilidade dos mercados financeiros resultante de flutuações consideráveis que decorreram da crise da dívida soberana na Zona Euro e da incerteza da capacidade de cumprimento das metas orçamentais dos vários países do sul e com os efeitos sentidos pelas medidas de austeridade impostas aos portugueses, pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, como consequência do pedido de ajuda de Portugal à Troika. Mesmo assim, a Gespaços, conseguiu atingir, pelo sétimo ano consecutivo, Resultados Líquidos Positivos, e dessa forma, reduzir significativamente os prejuízos acumulados nos primeiros 5 anos de existência (2001 a 2005).

No ano de 2012, verificou-se um esforço grande por parte do Conselho de Administração em encurtar o Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores. Conseguiu-se reduzir em 23 dias o PMP, em relação a 2011, passando para 320 dias sendo que em 2011 tinha sido de 343 dias. A redução de deveu-se em parte ao pagamento de

faturas relativas ao Parque Urbano de Paços de Ferreira, com o recebimento do QREN em 2012 do valor 922.185,25 €.

Todos estes elementos, e outros, são cuidadosamente apresentados no presente relatório. Ao longo do mesmo, serão descritas as principais atividades da Gespaços.

O número de utentes que visitaram e utilizaram as instalações da Empresa, apesar das dificuldades sentidas pelos agregados familiares do nosso concelho em suportar os encargos resultantes da utilização dos equipamentos municipais, é a melhor prova de que a qualidade dos serviços prestados vai ao encontro das expectativas da população da região. Como se não bastasse esta capacidade empresarial incutida numa sociedade que não deixa de ter como accionista único uma Autarquia, a Empresa tem-se preocupado e dedicado muito dos seus recursos ao bem-estar social. Foi assumido desde o início desta caminhada que a estratégia a seguir seria bipolar: por um lado a gestão com base em critérios economicistas e de rigor (onde permanentemente tentamos reduzir custos de exploração); por outro lado a permanente prossecução do bem-estar da população de Paços de Ferreira.

O Conselho de Administração não pode deixar de apresentar, publicamente, uma palavra de apreço e gratidão às seguintes pessoas:

- Ao Senhor Presidente do Município, e seu Executivo, pela forma sempre pronta e motivadora com que responde aos desafios e necessidades da empresa;
- A todas as entidades protocoladas com a Gespaços, pela colaboração na divulgação do protocolo que tem potenciado a utilização dos serviços disponibilizados pela Empresa;
- A todos os munícipes, que têm contribuído para prestigiar a Gespaços, as Piscinas Municipais e Pavilhões Municipais enquanto equipamentos de extrema importância na prática desportiva e na prestação de um serviço público de qualidade, e o Parque Urbano de Paços de Ferreira enquanto equipamento de lazer e bem-estar que proporciona à cidade e aos cidadãos um alargamento da dinâmica de fruição dos acessos e interligações urbanas entre as ruas que o ladeiam e os equipamentos e serviços de lazer circundantes numa perfeita relação de continuidade;
- A todos os colaboradores da empresa, por tudo o que durante o ano de 2012 fizeram e suportaram, sendo certo que também existimos por eles e para eles.
- Aos fornecedores, que têm mostrado a maior confiança na Gespaços.

Paços de Ferreira, 2 de Abril de 2013

Alberto Carlos de Sousa Gomes

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Dando o cumprimento ao preceituado no artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e tendo em conta o direito de superintendência que vos assiste, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. (“Gespaços”, “Empresa” ou “Empresa Municipal”), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

1. Introdução

A Gespaços tinha como objeto social o exercício da atividade de construção, manutenção, exploração e concessão dos equipamentos desportivos que lhe sejam determinados pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, bem como a promoção do desenvolvimento desportivo do Concelho de Paços de Ferreira. Por deliberação da Câmara Municipal de 20 de Novembro de 2006, os Estatutos da Empresa foram alterados, tendo sido acrescido ao seu objecto a manutenção, construção, exploração e concessão de equipamentos de recreio e lazer.

Contudo, com a Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e 55/2011, de 15 de Novembro, no seu artigo nº 70, a Gespaços ficou obrigada *“a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.”* Os Estatutos atualizados da Gespaços foram aprovados na Reunião da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2013.

A Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto é bem clara quanto ao objeto social das empresas municipais, de tal forma que o objeto social da Gespaços passou a ser *“Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.”*

2. Apreciação global da gestão

A Empresa Municipal constituída em 2001, fundamentalmente, para gerir o Complexo de Piscinas Municipais, desde logo se apresentou, pelo seu objecto estatutário, com potencialidades para incluir, no âmbito da sua atividade, os restantes equipamentos desportivos existentes no Município, e todos aqueles que, no futuro, viessem a existir.

A prática da Empresa veio confirmar as razões que foram apontadas para a sua criação, como sejam uma maior agilidade na gestão, permitida pela adoção pela contabilidade do Plano Oficial de Contabilidade (a partir de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho), pela sujeição à lei geral do trabalho do recrutamento de pessoal e gestão de carreiras e adopção de fórmulas de gestão empresarial mais eficientes e flexíveis, e uma significativa diminuição de custos.

Confirmando que a Gespaços tem vindo a registar uma consolidação dos conhecimentos adquiridos na área da promoção e gestão desportiva, o Executivo Municipal, na sua reunião de 16 de Janeiro de 2006, considerou adequado conferir-lhe condições para que pudesse intervir como “Braço Armado” da política desportiva da autarquia, alargando a sua intervenção à gestão dos novos equipamentos desportivos municipais – Piscinas Municipais de Freamunde (com abertura ao público no início de 2008) e Pavilhão Municipal de Modelos (com abertura ao público em 2007), ao mesmo tempo que se propunha avaliar o impacto da integração da gestão dos restantes equipamentos desportivos municipais que então se encontravam na alçada direta da autarquia.

Atribuída a gestão de todos estes equipamentos à Gespaços, a Câmara Municipal propôs-se alargar a sua gestão aos equipamentos recreativos e de lazer e serviços conexos. Assim, em 28 de Setembro de 2010, o Município de Paços de Ferreira e a Gespaços, assinaram um Contrato Comodato, bem como um Contrato Programa para a Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira. O Município de Paços de Ferreira e a Gespaços, juntamente com outras entidades locais, são parceiros no Programa de Ação para a regeneração urbana da cidade de Paços de Ferreira, denominado PFR 3G, e apresentaram uma candidatura, tendo por objeto o referido programa, no âmbito do Concurso PRU/2/2008 – Grandes Centros, Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (ON.2). Como a requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira constitui uma das ações abrangidas por aquele Programa, durante o ano de 2012 essa requalificação foi já concluída pela Gespaços de acordo com os Contrato Comodato e Contrato Programa celebrados com o Município de Paços de Ferreira para o efeito.

A atividade da Empresa rege-se pelos valores de serviço público, legalidade, justiça, imparcialidade, igualdade, proporcionalidade, colaboração e boa-fé, informação e qualidade, lealdade, integridade, competência e responsabilidade.

Como “braço armado” da política desportiva da autarquia, compete à Empresa a execução de todas as deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio e lazer, que é feita de forma contratual, com respeito pelos princípios da eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

A Empresa presta ao Pelouro do Desporto e Cultura assessoria técnica, desportiva, jurídica e administrativa na definição da política desportiva municipal e no controlo da sua execução. Para o efeito, pode proceder à elaboração de estudos, pode estabelecer contactos com outros municípios e instituições, públicas e privadas, pode participar (e organizar), em colóquios, seminários, conferências, e pode apresentar propostas a submeter à apreciação do Vereador e, eventualmente, a deliberação do Executivo Municipal.

Os apoios ao movimento associativo desportivo são processados através da Gespaços, que acompanha a sua execução e, sobre ela, emite parecer.

A Empresa promove e apoia os eventos desportivos, sempre na perspectiva de desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações do concelho, como é o caso dos Jogos Concelhios.

Na gestão dos equipamentos a Empresa pauta-se pelos princípios do serviço público, da eficiência, da qualidade, da rentabilidade, visando sempre o desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações.

A Gespaços e o seu Conselho de Administração inspiraram-se nas características da população de Paços de Ferreira, e tudo têm feito para que os objectivos traçados com a sua criação sejam atingidos.

Sendo 2012 o décimo segundo ano de existência da Empresa, as principais prioridades da gestão orientaram-se para:

- Consolidação das estratégias prosseguidas;
- Desenvolvimento dos projetos delineados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e pelo Conselho de Administração;
- Divulgação da atividade da Gespaços e dos seus projetos;
- Rentabilização dos serviços e das infra-estruturas ao dispor da empresa, nomeadamente das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde, do Pavilhão Municipal n.º 1 (seu Polivalente Coberto, e Patinódromo) em Paços de Ferreira, do Pavilhão Municipal n.º 2 em Modelos, dos vários recintos desportivos das Escolas EB, 2 e 3 de Frazão, de Meixomil, de Eiriz e de Freamunde, durante o período noturno (protocolado entre as Escolas e o Município de Paços de Ferreira).

- Abertura ao público em Maio de 2012 do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme havia sido protocolado com o Município de Paços de Ferreira, através dos Contrato-Comodato e Contrato de Gestão.

De uma forma mais detalhada, apresentamos quais os principais passos dados pela Empresa que materializaram a estratégia definida durante o exercício de 2012.

2.1 Consolidação das estratégias prosseguidas

A Gespaços tinha, aquando da sua criação, como objecto social a construção, manutenção, exploração e conceção de equipamentos desportivos e promoção do desporto no Concelho de Paços de Ferreira. A Câmara Municipal, accionista único da empresa, passou a considerar a Empresa como o “braço armado” do Pelouro do Desporto e deu os primeiros passos para lhe conceder a responsabilidade da gestão de outros equipamentos desportivos já existentes, nomeadamente o Pavilhões Municipais de Paços de Ferreira (a partir de Dezembro de 2006) e de Modelos (a partir de Agosto de 2007) e todos equipamentos de recreio e de lazer municipais: Patinódromo, Circuito de Manutenção de S. Domingos (a partir de Dezembro de 2006) e Parque Urbano de Paços de Ferreira (a partir de Julho de 2008). A partir de Janeiro de 2008 a empresa acumulou a gestão do complexo de Piscinas Municipais de Freamunde.

Em Janeiro de 2009 foi celebrado um contrato programa com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira para gestão do Museu Municipal do Móvel e do Museu de Sanfins e Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins.

Com a crescente procura de espaços desportivos por parte dos diversos clubes, associações e utentes particulares, fruto do dinamismo imposto pela atual política desportiva do Pelouro do Desporto, materializada em comunhão com os agentes desportivos no seio do Conselho Municipal do Desporto, surgiu a necessidade de realizar a cobertura do Polivalente Exterior ao Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira. As obras iniciaram em finais de 2008 e ficaram concluídas em Abril do ano de 2009. Fez-se então uma alteração ao Contrato Programa celebrado com CMPF para Gestão do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, Polivalente e Patinódromo.

A filosofia deste Conselho de Administração passa pela maior rentabilização social do equipamento, associada a uma lógica de maximização da eficiência económica do equipamento, mantendo inalterada a preocupação pela qualidade e pelo carácter público dos serviços prestados.

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo transferiu em 19 de Março de 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Foram absorvidos nos quadros da empresa a partir de então, com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa

responsabilidade com a CMPF. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

Relativamente à promoção do desporto, reforçou-se o trabalho de apoio aos clubes. O Gabinete de Apoio ao Associativismo (GAA), coordenado por um Professor com Licenciatura em Educação Física, tem sido uma pedra basilar nesse permanente apoio às Associações. A Empresa consolidou a sua estratégia de intervenção direta e imediata no plano desportivo, através do seu clube desportivo e da promoção de atividades diversas nas Piscinas Municipais, no apoio ao desporto nas camadas de formação e formação de agentes desportivos. Foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema *“Idade da Reforma, idade de recuperar a forma”*.

A abertura, em Maio de 2012, do Parque Urbano de Paços de Ferreira permitiu a todos os munícipes disfrutar de um espaço amplo no centro da cidade, com áreas de lazer, desporto e com a Casa da Eira com uma imagem renovada e adequada e à altura da qualidade do espaço que integra. A Gespaços tem contratualizado com o Município de Paços de Ferreira a gestão deste equipamento, há tanto tempo desejado e ambicionado pelo Executivo Camarário. Paços de Ferreira é merecedor deste equipamento.

Neste domínio, como em todos os anteriores, manteve-se a preocupação de prestação de um serviço público permanente e de carácter social.

2.2. Desenvolvimento dos Projetos

Concebidos que foram alguns projetos nos anos anteriores impunha-se consolidá-los, potenciando a capacidade instalada nos Complexos das Piscinas Municipais, de modo a promover as atividades desportivas, de lazer e manutenção.

2.2.1. Escolas de natação

Este projeto continua a ser o mais importante para concretizar o plano estratégico delineado, na medida em que, incrementando a prática da natação pela população do concelho de Paços de Ferreira, cria um universo de utilizadores que serão no futuro o suporte da rentabilização do Complexo.

De salientar que as Escolas de Natação constituem, na atualidade, a base primordial de recrutamento do clube desportivo para promover as atividades aquáticas (natação e pólo aquático) a nível competitivo, justificativas da existência do complexo e da sua natureza, virada para o mais alto nível da competição desportiva.

O ensino da natação faz-se a quatro níveis: adaptação ao meio aquático (para bebés até aos quatro anos), aprendizagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento da natação. São ainda ministradas aulas de hidroginástica,

hidroterapia, hidro cycling e de formação desportiva. Os alunos inscrevem-se individualmente e coletivamente e são integrados em grupos com horários e professores adequadamente escalonados.

2.2.2 Desporto escolar

Desde o ano de 2002 vem sendo desenvolvido o programa denominado “ Vamos Aprender a Nadar”, destinado inicialmente aos alunos do ensino básico, mas posteriormente alargado aos alunos do ensino secundário. Este programa surgiu a partir de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, revestindo-se de extrema importância na vertente pedagógica, constituindo mesmo um forte incentivo à prática da natação.

Este programa preenche largos espaços do Complexo das Piscinas Municipais em períodos em que não seria possível a ocupação com outro tipo de utentes, prestando um serviço público de qualidade que se pretende continuar a prestar.

As turmas do desporto escolar da Escola Secundária de Paços de Ferreira, das escolas EB 2.3 de Eiriz, Frazão, Meixomil e de Freamunde, utilizam as piscinas sob responsabilidade pedagógica dos seus professores, sendo integrados no Programa “ Vamos Aprender a Nadar”, registando-se um aumento gradual de entradas ao longo dos últimos anos.

2.2.3. Clube Desportivo

O clube desportivo tem desenvolvido desde a sua existência uma atividade a todos os títulos notável. As suas escolas de Natação Pura e Pólo Aquático têm cerca de 150 alunos. O grupo de formação básica para o Pólo e a Natação abrange cerca de 30 alunos.

Este esforço tem sido recompensado pelas inúmeras vitórias e medalhas conseguidas pelos atletas de Natação Pura Desportiva, e pelos títulos alcançados pelos atletas que constituem as equipas do Pólo Aquático.

Têm-se conseguido alguns feitos desportivos, nunca alcançados por outras modalidades desportivas existentes no concelho. Contudo, por serem atividades desportivas menos mediáticas, não se lhes tem dado a devida importância pela imprensa local, regional e nacional. Para além dos títulos alcançados, vários atletas formados neste Clube Gespaços, têm sido convocados para integrar as Seleções Nacionais e têm representado Portugal com muita dignidade.

Ao nível da Natação Pura Desportiva devemos realçar o seguinte:

Época Desportiva	Ouro	Prata	Bronze	Total
2001/02	6	2	2	10
2002/03	13	6	6	25
2003/04	41	21	16	78
2004/05	66	42	37	145
2005/06	122	74	69	265
2006/07	182	126	107	415
2007/08	215	160	129	504
2008/09	206	183	194	583
2009/2010	184	185	169	538
2010/2011	182	161	193	536
2011/2012	166	184	184	534
2012/2013*	163	140	149	452
Total:	1546	1284	1255	4085

* Época ainda não concluída

Factos mais relevantes no ano de 2012:

Absolutos

Melhor classificação de sempre no nacional de clubes da equipa no setor feminino (Campeã Nacional (1º lugar) da 2ª divisão correspondente à 9ª melhor equipa nacional da atualidade e subida à primeira divisão)

Segunda melhor classificação de sempre no nacional de clubes da equipa no setor masculino (4º lugar da 2ª divisão correspondente à 12ª melhor equipa nacional da atualidade)

Melhor classificação de sempre na Taça de Portugal (5º lugar)

2 títulos de campeão nacional (primeiros na história do clube)

8 Pódios nos campeonatos nacionais

44 finais A nos campeonatos nacionais

26 finais B nos campeonatos nacionais

14 títulos de campeão regional

44 Pódios nos campeonatos regionais

Seniores

1 título de campeão nacional (primeiro na história do clube)

6 pódios nos campeonatos nacionais

5 títulos de campeão regional

21 pódios nos campeonatos regionais

Juniores

2 títulos de campeão nacional

3 pódios nos campeonatos nacionais

7 títulos de campeão regional
27 pódios nos campeonatos regionais
1 nadador selecionado para representar a seleção nacional

Juvenis

7 títulos de campeão regional
38 pódios nos campeonatos regionais
1 pódio nos campeonatos nacionais

Infantis

3 pódios nos campeonatos nacionais
8 pódios nos campeonatos zonais
12 títulos de campeão regional
78 pódios nos campeonatos regionais

Cadetes

10 títulos nos torneios regionais de grupos de idade (Torregri)
29 pódios nos torneios regionais de grupos de idade (Torregri)
6 Nadadores selecionados para os estágios promovidos pela ANNP

Escolinhas

1 título nos encontros de natação
7 lugares de pódio nos encontros de natação

Masters

10 títulos de campeão nacional
34 pódios nos campeonatos nacionais
1 Recordista nacional de Masters (100 bruços e 400 estilos do escalão C)
2 Nadadores participantes nos Campeonatos do Mundo de Masters

Em relação ao Pólo Aquático há a realçar nas últimas épocas desportivas os seguintes resultados:

Ano 2012 – Escalão Feminino

2º Lugar no Campeonato Regional Infantil Feminino
1º Lugar no Campeonato Nacional Infantil Feminino

- 4º Lugar no Campeonato Regional Sénior Feminino
- 2º Lugar no Campeonato Nacional Juvenil Feminino
- 2º Lugar no Campeonato Regional Juvenil Feminino
- 1º Lugar no Campeonato Regional Júnior Feminino

Atletas nas seleções Nacionais:

Rafaela Duarte, Vanessa Freire, Juliana Lopes, Elisabete Matos, Sofia Andrade.

Treinador convidado para os estágios das seleções:

Rúben Mata

Ano 2012 – Escalão Masculino

- 7º Lugar no campeonato Regional Infantil Masculino
- 6º Lugar no campeonato Regional Juvenil Masculino
- 4º Lugar no Campeonato Regional Sénior Masculino
- 6º Lugar no Campeonato Nacional Sénior Masculino da 2ª Divisão
- Participação no I Torneio de Mini-Pólo com 2 equipas Gespaços A e Gespaços B

Atletas na seleção nacional

Vítor Cruz – Disputou a fase de Apuramento para o Campeonato da Europa da Categoria Sub-19

De realçar que os atletas continuam a pagar a sua inscrição nas aulas que frequentam, enquanto a Gespaços suporta os custos da utilização dos espaços, da remuneração dos treinadores e das viagens para as competições.

2.2.4 Apoio ao desporto

O GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo), totalmente integrado na estrutura da Gespaços, tem sido um veículo muito importante para a prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e jurídico aos Clubes e Associações do Concelho de Paços de Ferreira.

O GAA tem ainda colaborado em algumas atividades desenvolvidas pelo sector de desporto da Câmara Municipal, destacando-se o papel relevante na organização dos Jogos Concelhios dos últimos anos, cujo

sucesso é reconhecido por todos os munícipes. A Gespaços continuou com a responsabilidade de organização dos Jogos Concelhios 2012/2013, dando seguimento a uma ação de sucesso dos anos de 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. Assim, assumindo na plenitude a função de apoio para a política desportiva da Câmara Municipal, a Gespaços, em conjunto com os técnicos da autarquia que se encontram ao seu dispor operacionalizaram um conjunto de atividades que envolveram milhares de paçenses, em diversas modalidades, tal como foi oportunamente difundido pelos órgãos de comunicação social.

Compete ao GAA manter a Carta Desportiva devidamente actualizada.

Por último, é de realçar o apoio concedido aos clubes, através de pagamento das inscrições, suportadas pelo Município, e realização de exames médicos desportivos, suportados pela Gespaços (de acordo com o Contrato Programa existente com o Município).

2.2.5 Natação para alunos deficientes

Tem sido usual ao longo dos últimos anos apoiar um grupo de deficientes, oriundo da Obra Social Sílvia Cardoso, no âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara, dando cumprimento ao programa “Acesso aos Deficientes”, permitindo a prática de atividades aquáticas e algumas atividades “cardio-fitness”, no Ginásio das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Este Programa foi alargado a todos os deficientes, frequentadores do ensino especial em funcionamento nos diversos Agrupamentos Verticais de Escolas existentes no Concelho de Paços de Ferreira.

2.2.6 Manutenção

No âmbito da gestão do espaço e dos tempos de utilização das piscinas, foi igualmente contemplada uma opção para os utentes de utilização livre das piscinas, tendo sido determinados espaços (com a devida afixação para consulta do público) especialmente delimitados nas piscinas interiores de forma a uma utilização harmoniosa pelos utentes de turmas de natação, atletas e os utentes de utilização livre.

2.2.7 Recreação

As piscinas exteriores funcionam durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, tendo tido registado uma utilização decrescente nos últimos anos. A frequência, que ultrapassou as 12.000 entradas em 2007, 17.000 entradas em 2008, 18.600 entradas em 2009, 22.558 entradas em 2010, 16.509 entradas em 2011 e 15.059 em 2012, comprova a grande aceitação da população do Concelho e que se trata de um espaço privilegiado de lazer.

2.2.8 Artes marciais

Continuou a parceria entre a Gespaços e um professor para o ensino de Full Contact e Defesa Pessoal, com uma média de 19 alunos, no sentido de desenvolver mais uma atividade de carácter desportivo e aproveitando o espaço disponível no novo Pavilhão Gimnodesportivo de Modelos. De realçar que alguns destes alunos, têm obtido excelentes resultados em campeonatos nacionais e internacionais.

2.2.9 Aeróbica

Continuaram a ser ministradas as aulas de Aeróbica, ao longo dos últimos anos, com cerca de 32 utentes na sala das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e com cerca de 4 utentes na sala das Piscinas Municipais em Freamunde. Contudo os números dos praticantes desta modalidade no concelho têm subido exponencialmente com a possibilidade de utilizar os Centros Escolares para o efeito.

2.2.10 Ginásio

A frequência do ginásio tem sido elevada, com uma procura crescente (durante o ano de 2012, registaram-se 23.850 entradas no Ginásio), como resultado de maior pré-disposição dos utentes para atividades cardio, por um lado, e como resultado da elaboração de planos de treino individualizados e acompanhamento feito por um monitor, por outro.

2.2.11 Hidroginástica

Esta atividade tem merecido uma significativa adesão por parte das utentes existindo ao longo de 2012, em termos médios cerca de 94 inscritos, em Paços de Ferreira e 59 inscritos em Freamunde.

2.2.12 Hidro Cycling

Esta modalidade contava no final do ano de 2012 com 25 utentes inscritos em turmas, em Paços de Ferreira e em Freamunde.

2.2.13 Hidroterapia

A Hidroterapia ou fisioterapia no Meio Aquático consiste no uso da água com fins terapêuticos, na prevenção e tratamento de doenças, visando uma melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. Trata-se de uma valência da Fisioterapia e, como tal, efectuada apenas por Fisioterapeutas.

A Hidroterapia tem três componentes:

- **Terapêutica:** Tratamento de diversas patologias e recuperação funcional;
- **Educativa/Preventiva:** Praticada por pessoas saudáveis, de forma a prevenir complicações futuras;
- **Lúdico-Recreativa:** Promovendo a interação social, descontração, bem-estar geral

A Hidroterapia pode ser praticada Individualmente (em casos específicos, em que haja uma maior dependência do utente) ou em classes (podendo formar classes com grupos patológicos específicos) sob a Orientação e Responsabilidade Técnica de uma Terapeuta da Climunde – Fisioterapia e Enfermagem, Lda.

Nas duas Piscinas Municipais, durante o ano de 2012, beneficiaram desta modalidade 5 utentes.

2.2.14 Promoção do desporto

Ao longo dos últimos anos a Empresa promoveu a realização nas Piscinas Municipais de diversas atividades desportivas, com vista à promoção da prática desportiva pelos jovens do Concelho e à promoção da imagem do Concelho através do desporto, que envolveram centenas de atletas e representaram uma utilização massiva das Piscinas aquando da realização de Campeonatos Regionais/Nacionais de Natação Pura Desportiva e Pólo Aquático. Durante o ano de 2012, tal com já fora feito em 2011 e 2010, duplicou-se o número de eventos acima mencionados, relativamente ao ano de 2008. Organizámos conjuntamente com a ANNP (Associação de Natação do Norte de Portugal) e FPN (Federação Portuguesa de Natação), em média, 2 eventos por mês. A Empresa tem apostado na realização desses eventos, pois é uma forma de promoção do desporto e uma forma de dar a conhecer Paços de Ferreira a milhares de visitantes que acompanham os respectivos atletas em competição.

2.2.15 Projeto Sénior

Durante o ano de 2011 foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema “*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*”, onde a principal preocupação da Gespaços e do Município é abrir horizontes à população mais idosa, atentos à necessidade de pôr os seniores a mexer, procurando ajudar estas pessoas a estarem mais ativas, mais felizes e a mudar rotinas, contribuindo para aumentar a sua qualidade de vida. Numa atitude descontraída, a hidroginástica, o fitness e o boccia estão a contribuir para a saúde e o combate ao sedentarismo entre a população mais idosa do concelho (cerca de duas centenas).

Durante o ano de 2012 demos continuidade a esse projeto, tornando-o mais sólido, com a adesão de mais 2 centros de dia.

2.2.16 Frequência do complexo das Piscinas

A frequência de todas as modalidades, no ano de 2012, resume-se nos seguintes quadros:

Piscinas de Freamunde ano 2012

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	5	5	6	4	5	6	2	0	1	0	0	0
Hidrocycling	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1
Hidroginástica	62	57	66	66	59	55	57	0	60	58	60	50
Hidroterapia - Aulas individuais	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Natação com Professor	172	152	155	143	143	140	118	0	142	140	144	132
Natação Mensalidade Ilimitada	56	63	65	67	51	56	55	0	77	67	76	56
Utilização Livre Piscina	385	419	539	359	348	456	606	0	474	376	312	254
Desporto Escolar	924	951	995	934	963	963	0	0	984	1182	1072	1072
Escolas Privadas	348	242	290	250	371	227	103	0	129	387	269	140
Enriquecimento Curricular	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atletas Federados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BVPF	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2
CV	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10	7	6
BV F	98	71	98	69	70	109	112	0	97	126	142	60

Total de Entradas em 11 meses:	46.850
Média de Entradas Mês:	4.259
Média de Entradas Dia:	142

Piscina de Paços de Ferreira Ano 2012

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	40	37	36	31	35	25	24	1	22	32	31	30
Artes Marciais	17	19	23	22	20	21	16	3	16	14	20	15
Cartão Múltiplo (Ginásio+Piscina)	94	81	74	74	78	74	63	3	59	52	45	53
Cartão Múltiplo (Ginásio+Hidro Ciclyng)	4	4	2	2	1	1	0	0	1	1	1	1
Cartão Múltiplo (Aeróbica+Hidro Ciclyng)	0	0	0	0	2	2	2	0	4	4	4	5
Hidro Ciclyng	21	20	23	22	20	23	17	1	18	18	19	21
Ginásio Mensalidade Ilimitada	126	134	132	134	172	121	129	48	111	100	104	109
Hidroginástica	114	104	110	93	107	97	93	13	82	76	75	74
Hidroterapia - Aulas individuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Natação com Professor	372	359	379	344	376	352	309	73	442	365	352	318
Natação Mensalidade Ilimitada	66	71	59	63	117	63	76	1	51	53	52	61
Formação Desportiva	38	29	30	31	31	22	23	3	54	23	26	23
Natação Pura Desportiva	84	90	75	84	81	78	66	6	271	70	62	58
Pólo Aquático	62	66	69	66	64	61	60	2	71	67	68	61
Utilização Livre Piscina	684	572	735	684	709	749	928	0	826	625	460	478
Utilização Livre Ginásio	371	266	320	241	290	244	204	111	184	181	201	225
Piscina Exterior	0	0	0	0	0	1056	5718	6416	1869	0	0	0
Desporto Escolar	1143	1129	1145	1546	1428	1014	0	0	964	1286	1373	1173
Escolas Privadas	598	506	611	479	650	542	391	0	295	466	410	219
Enriquecimento Curricular	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atletas Federados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
B.V. Freamunde	40	34	32	36	102	52	23	0	25	16	7	7
B.V. Paços de Ferreira	52	26	25	31	60	35	60	0	18	17	30	30
Cruz Vermelha de Frazão	64	29	54	48	58	25	78	0	36	46	32	32

Total de Entradas em 11 meses:	163.085
Média de Entradas Mês:	14.826
Média de Entradas Dia:	494

2.3 Responsabilidade Social

Mantiveram-se em vigor os protocolos de colaboração com a Ordem dos Advogados, Montepio Geral, com a AGM – Associação do Grupo os Mosqueteiros, e com a Universidade Sénior de Paços de Ferreira. De realçar a componente social que esteve na origem da criação da Gespaços mas que foi largamente ultrapassada com o decorrer dos anos de atividade, como comprova os diversos protocolos assinados pela Empresa, sendo de realçar aqueles que apoiam os grupos mais desfavorecidos (deficientes), aqueles que permitem o acesso a atividades aquáticas, a preços previamente acordados para grupos de Escolas Privadas, Centros Sociais e Infantários (Associação Paços 2000, Centro Social Figueiró, Centro Social e Paroquial de Raimonda, Infantário do Barreiro, Centro Infante-Juvenil "António F. Gomes", QVC, Profisousa, Associação Empresarial de Paços de Ferreira; MaisForm, Encosta dos Sonhos, entre outros) e as entidades que se dedicam à protecção das populações (Associações Humanitárias - membros dos corpos ativos dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, de Freamunde e Cruz Vermelha de Frazão).

Não deve ser esquecido o Programa "Acesso a Desportistas Federados e outros Grupos Federados" às Piscinas Municipais, ao abrigo da Deliberação de 18-11-2002, permitindo, dessa forma, aos mesmos melhorar a condição física.

Devemos realçar aqui, que em 15 de Outubro de 2010, foram revistos os vários protocolos e condições de acesso às Piscinas Municipais, de todos os abrangidos, em vários protocolos avulsos, celebrados ao longo dos últimos anos, com o objectivo de sistematizá-los num único documento, e tendo como objectivo uma maior justiça na atribuição dessas condições de acesso.

Também os recursos humanos têm estado no centro da actuação da Administração, enquanto principal ativo da empresa. Assim, foram já tomadas medidas de forma que os colaboradores da Gespaços tenham consciência que a sua motivação e o seu empenho é fundamental para que os objetivos da empresa sejam integralmente atingidos.

2.4 Divulgação de projetos e atividades

A Gespaços teve a preocupação de divulgar na imprensa local, falada e escrita, os seus projetos e atividades publicando anúncios com carácter regular e promovendo a publicação de notícias, de forma a incentivar a prática desportiva e promover através do desporto a imagem do nosso Concelho.

2.5 Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços

Acima já foram devidamente explanadas as atividades em curso nas Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde.

Apesar de estes equipamentos terem passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporados no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2012 a gerir estes equipamentos segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foi celebrado um Contrato de Gestão destes Equipamentos Desportivos entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Gestão dos Pavilhões das Escolas

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou, em 7 de Agosto de 2000, protocolos com as Escolas EB 2,3 de Frazão, Paços de Ferreira e Eiriz, e em 28 de Agosto de 2001, com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, para utilização das suas instalações dos Pavilhões Desportivos. A gestão desta utilização foi assumida directamente através da Direcção do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira.

A transferência da responsabilidade da gestão destes equipamentos já foi realizada para a Gespaços através da transmissão da posição contratual da Câmara Municipal para a Empresa Municipal.

Foram aplicadas taxas de utilização (diríamos de “responsabilização”) destes espaços a partir da época 2009/2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e Patinódromo

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2011 a gerir o Pavilhão Municipal segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar. Foram aplicadas taxas de utilização (diríamos de “responsabilização”) destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Pavilhão Municipal de Modelos

A Câmara Municipal transmitiu para a Gespaços a gestão e administração do Pavilhão Municipal de Modelos, que é feita segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar. Foram aplicadas taxas de utilização (diríamos de “responsabilização”) destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com o objetivo de pagar à Empresa Municipal uma importância mensal de 6.667,45 Euros, acrescido de IVA à taxa legal, para suportar aqueles encargos, ao abrigo da Deliberação de 20-8-2007. Contudo, em 5 de Agosto de 2011, foi feita uma revisão a esse Contrato Programa, a partir dos dados da Contabilidade Analítica da Empresa. O valor mensal apurado baixou para 2.093,13 €, acrescido de IVA à taxa legal, que foi tido em conta no ano de 2012.

Museu Municipal do Móvel

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Museu do Móvel de Paços de Ferreira para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções. A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009.

Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções. A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009.

Manutenção / Limpeza e Controlo de Acessos do Edifício da CMPF

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo Camarário transferiu em 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF, foram absorvidos nos quadros da Empresa Municipal, a partir de então. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

Parque Urbano de Paços de Ferreira

O Município de Paços de Ferreira e a Gespaços, juntamente com outras entidades locais, são parceiros no Programa de Ação para a regeneração urbana da cidade de Paços de Ferreira, denominado PFR 3G. Foi apresentada uma candidatura, tendo por objecto o referido programa, no âmbito do Concurso PRU/2/2008 – Grandes Centros, Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (ON.2). Como a requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira constitui uma das ações abrangidas por aquele Programa, a realizar pela Gespaços tornou-se premente celebrar com o Município de Paços de Ferreira um Contrato Comodato, bem como um Contrato Programa, para o efeito. Assinados que estão os Contrato-Comodato e Contrato de Gestão, entre o Município de Paços de Ferreira e a Gespaços para a Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, durante o ano de 2011, iniciou-se a sua efetiva Requalificação, e em 2012 concluíram-se as obras conforme previsto. A abertura aos utentes ocorreu em Maio de 2012. Este é um projeto estruturante, que se encontra no “coração da cidade”, que vem colmatar uma necessidade sentida há alguns anos pelos munícipes.

A Gespaços assinou em 17 de Fevereiro de 2011 com o Programa Operacional Regional do Norte - ON2, um Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte, para realização da Operação com o Código nº NORTE-04-0241-FEDER-000822, designada por “Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira”, financiamento que foi aprovado no âmbito do Eixo Prioritário IV, pela Comissão Directiva em 31-11-2010, cujo custo total elegível da operação é de 1.200.000,00 €, sendo 85% desse valor cofinanciado (1.020.000,00 €). Os restantes 15% terão de ser suportados pela Gespaços (180.000,00 €), que para o efeito celebrou um Contrato Programa com o Município de Paços de Ferreira. A execução física deste programa a 31-12-2012 era de 100%, isto é, todo o valor elegível (1.200.000,00 €) estava concretizada, sendo que a execução financeira à mesma data por parte do ON2 cifrava-se em 922.185,25 €, ficando a faltar 97.814,75 €, que será recebido até dia 15 de Agosto de 2103, nova data de conclusão do projeto.

É importante referir que o valor total da obra realizada cifrou-se em 1.778.940,41 €, e desse montante, foi sujeito a candidatura e elegível um valor de 1.200.000,00 € (com 85% de comparticipação pelo QREN,

isto é 1.020.000,00 €). Fica assim por conta do Município (a transferir para a Gespaços de acordo com os Contrato Programa e Contrato Comodato assinados entre as partes) a diferença entre aqueles valores, isto é, a diferença entre os 1.778.940,41 € e os 1.020.000,00 €, que perfaz 758.940,41 €. Desse valor apenas foi transferido para a Gespaços 5.000,00 €, estando em falta 753.940,41 €.

A execução financeira de toda a obra cifra-se em 1.260.942,39 €, estando por regularizar, à data deste relatório, o montante de 517.998,02 €.

Do montante total pago (1.260.942,39 €), 922.185,25 € tiveram origem no QREN, 5.000,00 € na Câmara Municipal de Paços de Ferreira e 333.757,14 € com recursos próprios da Gespaços (a ser ressarcidos pelo Município de acordo com Contrato celebrado).

3. Órgãos Sociais da Gespaços

3.1 Nomeação e Tomada de Posse

Durante o ano de 2009 houve uma alteração do Conselho de Administração da Gespaços, bem assim da Assembleia-geral, a saber:

Nomeação dos Órgãos Sociais da Empresa: 26 de Novembro de 2009

Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Empresa: 2 de Dezembro de 2009

Mandato: 2009-2013

3.2 Composição

Conselho de Administração:

- **Presidente do Conselho de Administração (com funções executivas):** Alberto Carlos de Sousa Gomes
- **Vogal do Conselho de Administração (com funções não executivas):** António Manuel Veiga Neto
- **Vogal do Conselho de Administração (com funções não executivas):** Fernando Henrique Rodrigues da Silva Moura

Assembleia-geral:

Presidente da Mesa da Assembleia-geral: António Manuel Moreira Coelho

Vice-Presidente da Mesa de Assembleia-geral: Maria Alice Guimarães da Costa Rodrigues Ferreira

Secretário da Mesa de Assembleia-geral: Manuel Eugénio Pinheiro Martins Coelho

Representante do Município de Paços de Ferreira na Assembleia-geral: Pedro Alexandre Oliveira Cardoso Pinto

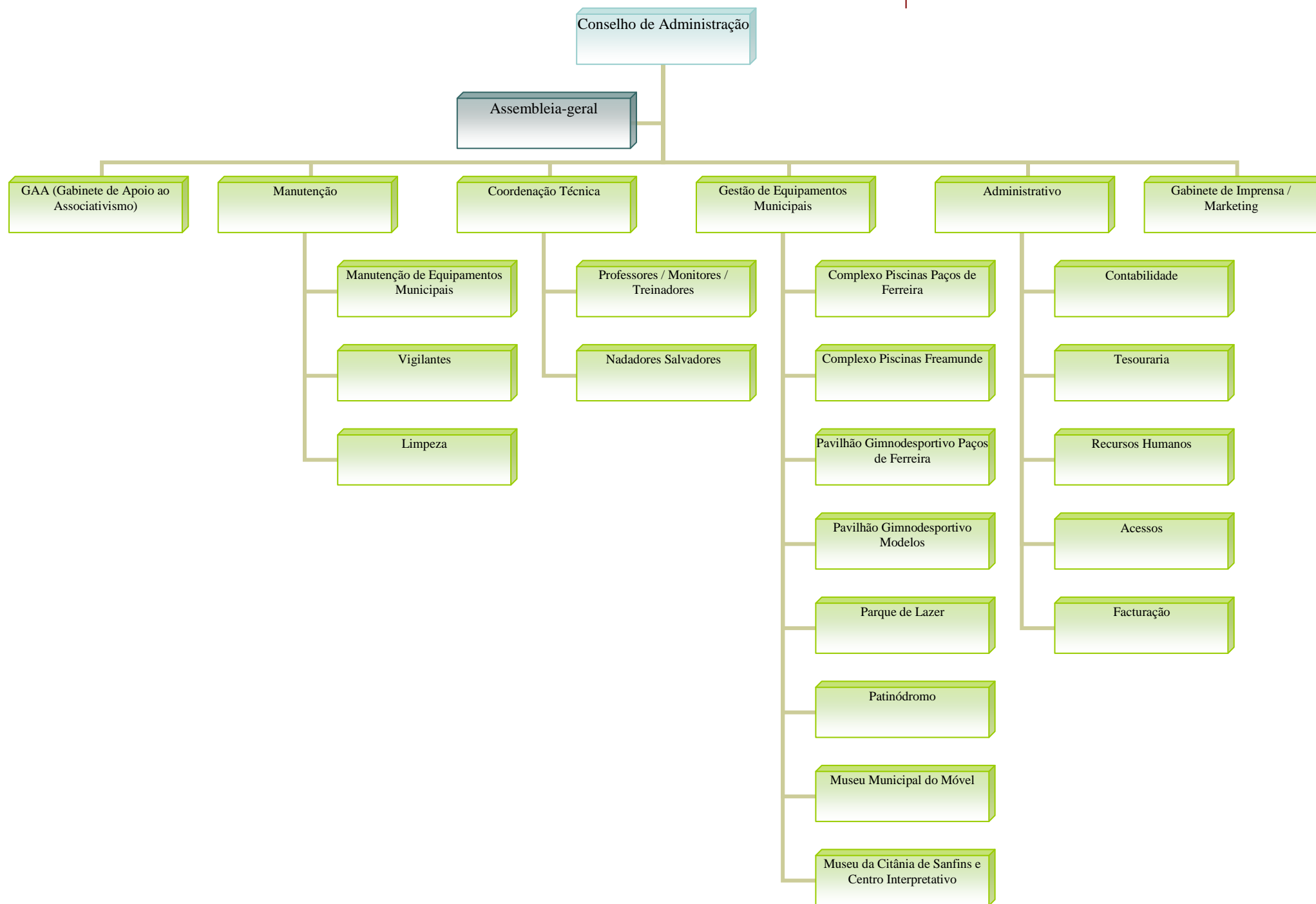
4. A organização administrativa e os Recursos Humanos

O Conselho de Administração da Gespaços reuniu formalmente em dez sessões. Nessas reuniões o Conselho de Administração acompanhou a atividade corrente da Empresa, e tomou as deliberações que se tornaram necessárias para dinamizar a atividade da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2012, a estrutura de recursos humanos da Empresa era como segue:

Função	Número
Presidente do Conselho de Administração	1
Coordenador Técnico (Piscinas)	1
Administrativo do GAA	1
Responsável de Manutenção	1
Técnico Oficial de Contas	1
Professores	4
Nadadores Salvadores	6
Monitores	3
Administrativos	8
Assistente de Conservador de Museus	1
Auxiliar Administrativa de Conservador de Museus	1
Manutenção	4
Segurança e Vigilância	10
Limpeza	16
Total	58

Existem Contratos de Prestação de Serviços com um técnico de natação para chefiar a equipa técnica de Natação Pura Desportiva, coadjuvado por mais 2 técnicos. Há um Contrato de Prestação de Serviços com um Treinador de Pólo Aquático coadjuvado por 2 outros técnicos. Há ainda Contratos de Prestação de Serviços para 2 monitores de Aeróbica, 2 monitores de natação e 1 nadador-salvador a tempo parcial e manteve-se a parceria com o monitor de Artes Marciais.



5. Fiscal Único

Nome: Santos Carvalhos & Associados, SROC, SA, representada pelo Dr. António Augusto dos Santos Carvalho, ROC n.º 16.

NIF/NIPC: 502270136

Cargo: Efectivo

6. Suplente do Fiscal Único

Nome: Armando Luís Vieira de Magalhães, ROC nº 676

NIF/NIPC: 155853619

Cargo: Suplente

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. Envolvente macroeconómica

- Enquadramento Mundial

Em 2012, a economia mundial desacelerou, tendência que se estendeu à generalidade das regiões, com destaque para um fraco crescimento das economias avançadas devido ao enfraquecimento da economia europeia, especialmente da área do euro, e um maior dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento. As economias emergentes também abrandaram, apesar dos países asiáticos, terem mantido um crescimento robusto, tendo o PIB da China aumentado 7,8% em termos homólogos reais (9,3% em 2011). Refletindo o menor crescimento económico da economia mundial, as trocas comerciais de bens e serviços também desaceleraram, tendo aumentado cerca de 2,8% em volume, no ano de 2012 (5,9% em 2011).

No decurso do ano de 2012, os fatores de incerteza tornaram-se muito elevados e os riscos no sentido descendente da atividade económica mundial aumentaram consideravelmente devido sobretudo à deterioração significativa dos países do sul da área do euro e à intensificação e alastramento da crise da dívida soberana na área do euro a um conjunto alargado de economias (nomeadamente Espanha e Itália), com impacto nos custos de financiamento e nos níveis de confiança dos agentes económicos.

Porém, na parte final do ano, assistiu-se a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana refletindo, em parte, o acordo alcançado sobre a supervisão bancária europeia sob a égide do BCE e do recente acordo orçamental nos EUA. Com efeito, e refletindo os factos acima referidos, o diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo dos países do sul da área do euro (mais afetados pela crise de dívida soberana) diminuiu face à Alemanha; os índices bolsistas internacionais valorizaram-se e a taxa de câmbio do euro face ao dólar apreciou-se fortemente, situando-se, no dia 25 de janeiro de 2013, em 1,35 (o valor mais elevado desde o início do mês de dezembro de 2011).

No 4.º trimestre de 2012, a atividade económica dos EUA manteve uma expansão moderada, embora em desaceleração (abrandamento da produção industrial, vendas a retalho e exportações nominais). Contudo, o mercado imobiliário evoluiu favoravelmente e a taxa de desemprego diminuiu para 7,8% (8,1% no 3.º trimestre) e, a taxa de inflação homóloga aumentou para 1,9% (1,7% no 3.º trimestre).

No 4.º trimestre de 2012, o indicador de sentimento económico aumentou ligeiramente para a União Europeia (UE), invertendo a tendência descendente registada desde o 2.º trimestre, e, continuou a diminuir para a área do euro (AE), embora de forma menos pronunciada. Os indicadores quantitativos para a AE indicam a manutenção de uma fraca atividade económica, com destaque para a deterioração da produção industrial e das vendas a retalho e, para um abrandamento do crescimento das

exportações. Em novembro de 2012, a taxa de desemprego manteve-se em 10,7% na UE e, subiu para 11,8% na AE. Em dezembro de 2012, a taxa de inflação da área do euro manteve-se em 2,2% em termos homólogos e em 2,5% em termos de variação dos últimos 12 meses.

O preço spot do petróleo Brent aumentou, em janeiro de 2013, para se situar, em média, em 112 USD/bbl (84€/bbl), até ao dia 25, prolongando a tendência de subida registada no ano de 2012, a qual se situou, em média, em 111,6 USD/bbl (110,8 USD/bbl em 2011).

- Enquadramento Nacional

O indicador de clima económico do INE agravou-se no 4.º trimestre, em consequência da deterioração da confiança dos empresários e dos consumidores. Contudo, até novembro, os dados quantitativos para a atividade económica, consumo e investimento recuperaram ligeiramente.

O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,8% em 2012 (-0,9 p.p. face ao verificado em 2011).

Em 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo comparável na Administração Local, foi de 7.028,2M€. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 6.926,9M€, aumentando 856,1M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu o acréscimo dos défices do Estado, em 1.854,3M€, e, em menor grau, da Administração Regional, em 277,9M€ e da Segurança Social, em 26,4M€. Em sentido inverso, o aumento do excedente dos Fundos e Serviços Autónomos, em 1.302,5M€, compensou parcialmente a evolução dos restantes subsectores. O défice das EPR foi de 749,1M€, mais 45,8M€ do que o registado até ao mês anterior.

Em 2012, a execução financeira consolidada provisória do SNS aponta para um excedente de 1.879M€, o que compara com um défice de 272,5M€ registado no período homólogo. Excluindo, em 2012, a transferência da verba contemplada no orçamento retificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores (1.932M€), o défice do SNS melhora em 219,5M€ face ao ano anterior.

- Perspetivas futuras da Economia Portuguesa, para 2013

A atual projeção para a economia portuguesa aponta para uma contração da atividade económica de 2.3 por cento em 2013. Esta contração tem subjacente uma forte queda da procura interna num contexto de redução das perspetivas de rendimento permanente. As exportações deverão registar um abrandamento em 2013, se bem que mantendo um crescimento positivo não obstante as perspetivas de queda da procura externa. O ano será marcado por pressões inflacionistas muito reduzidas, quer internas, quer

externas, o que se traduzirá num crescimento dos preços no consumidor ligeiramente inferior a 1 por cento.

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o qual implica um impacto recessivo com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental. No setor privado, a atual projeção é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do setor bancário. Nas atuais projeções, a economia portuguesa reforça a sua capacidade de financiamento face ao resto do mundo nos próximos dois anos, após ter interrompido em 2012 uma sucessão de défices externos muito elevados registados durante um período prolongado.

Os riscos em torno da projeção são globalmente descendentes para a atividade económica, sendo especialmente marcados em 2014. Estes riscos resultam da recuperação da procura externa poder ser inferior à assumida, bem como da adoção de medidas de consolidação adicionais necessárias para o cumprimento dos objetivos orçamentais inscritos no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Por outro lado, existe a possibilidade de ganhos adicionais de quotas de mercado das exportações, em linha com o observado nos últimos anos. Prevê-se um cenário com medidas adicionais de política orçamental, tendo em conta a intenção do governo português de adotar um programa abrangente de redução da despesa pública.

A atual projeção apresenta uma queda do PIB em 2013 mais expressiva do que a esperada anteriormente. Esta revisão reflete a atualização da informação disponível, que traduz um enquadramento externo mais desfavorável e configura em geral um quadro mais recessivo do que fora projetado para o quarto trimestre de 2012, com implicações para o ano de 2013, sendo de destacar ainda assim uma acumulação não antevista de existências.

2. Situação da Empresa

Em virtude da empresa ter entrado no décimo segundo ano de atividade e a exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, é possível efetuar uma análise comparativa da evolução do seu património, dos proveitos, dos custos e consequentemente dos resultados, relativamente ao exercício anterior.

Devemos realçar que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, com continuidade em 2011 e 2012, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho.

Entende-se como importante a referência a alguns aspetos de carácter económico – financeiro, sem deixar de se ter em consideração o carácter público do serviço prestado pela Gespaços.

2.1. Rendimentos e Gastos

Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

Neste ponto, o mais importante a reter é o aumento de Outros Rendimentos e Ganhos ao longo dos últimos 3 anos bem como as receitas provenientes de outras entidades (utilizadores de pavilhões municipais e pavilhões das EB 2 e 3 concelhias). Ao nível dos utentes, verificou-se uma quebra ligeira em ralação ao ano anterior, acentuando a descida começada nos anos de 2010 e 2011, motivada pela diminuição da frequência das Piscinas Municipais, devido ao agravamento do custo de vida dos agregados familiares do concelho, nos anos de 2011 e 2012.

	2012	2011	2010
Vendas e Prestações de serviços:	1.516.039 €	1.539.497 €	1.401.566 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1.149.140 €	1.178.994 €	1.004.814 €
Utentes	325.907 €	329.095 €	371.989 €
Outras entidades	40.992 €	31.409 €	24.763 €
Outros Rendimentos e Ganhos	145.497 €	123.312 €	94.833 €
Aluguer de Equipamento	53.505 €	51.675 €	24.000 €
Outros rendimentos suplementares	5.886 €	9.389 €	9.233 €
Imputação de Subsídios para Investimentos	37.002 €	0 €	0 €
Outros rendimentos e ganhos não especificados	49.104 €	62.248 €	61.600 €
Total ...	1.661.536 €	1.662.809 €	1.496.399 €

Em termos percentuais, o peso das receitas da Empresa Municipal (não proveniente dos contratos programa celebrados com o Município) diminuíram de 32,85% em 2010 para 29,10% em 2011, verificando-se um acréscimo em 2012 para 30,84%.

	2012	2011	2010
Vendas e Prestações de serviços:	91,24%	92,58%	93,66%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	69,16%	70,90%	67,15%
Utentes	19,61%	19,79%	24,86%
Outras entidades	2,47%	1,89%	1,65%
Outros Rendimentos e Ganhos	8,76%	7,42%	6,34%
Aluguer de Equipamento	3,22%	3,11%	1,60%
Outros rendimentos suplementares	0,35%	0,56%	0,62%
Imputação de Subsídios para Investimentos	2,23%		
Outros rendimentos e ganhos não especificados	2,96%	3,74%	4,12%
Total ...	100%	100%	100%

Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas e Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Os custos operacionais suportados com os vários equipamentos sob gestão da Gespaços, que ascenderam a 1.608.066 € em 2012, dividem-se em grande medida:

	2012	2011	2010
Fornecimentos e Serviços Externos	645.367 €	657.129 €	648.008 €
Gastos com o Pessoal	663.107 €	702.406 €	683.065 €
Outros Gastos e Perdas	1.505 €	13.610 €	8.148 €
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	298.087 €	235.355 €	95.090 €
Total ...	1.608.066 €	1.608.500 €	1.434.309 €

	2012	2011	2010
Fornecimentos e Serviços Externos	40,13%	40,85%	45,18%
Gastos com o Pessoal	41,24%	43,67%	47,62%
Outros Gastos e Perdas	0,09%	0,85%	0,57%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	18,54%	14,63%	6,63%
Total ...	100%	100%	100%

- pelos Custos com Pessoal, que em 2012 o valor ascendeu a 663,107 €, não se verificando nenhuma entrada nos quadros da empresa, e houve mesmo uma saída de um funcionário em Setembro. Aplicaram-se os cortes previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2012.
- e pelos FSE no montante de 645.367 €, dos quais de destacam os custos com o combustível utilizado no aquecimento da água, os custos com a eletricidade, água e limpeza, tratamento químico da água e outros custos com a conservação das piscinas.

Em comparação com 2011 verificou-se uma estabilização nos Custos Operacionais. As reduções verificadas nos Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal, foi absorvido pelo acréscimo dos **Gastos/Reversões de depreciação e de amortização**, que representam já 18,54 % do total dos Custos Operacionais.

Fazendo uma análise rápida à rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, em grandes categorias, podemos facilmente reparar no peso da Eletricidade (com a instalação de baterias de condensadores nas Piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde, regista-se uma poupança em energia reativa na ordem dos 1.500,00 €/mês a partir do mês de Julho de 2012), Água e Mazoote (este grandemente afetado pela evolução do preço do petróleo). Não fora o aumento do preço do petróleo, e se considerássemos os preços de 2011, teríamos reduzido em 2012 o valor dos FSE's para a barreira dos 600.000 €.

Fornecimentos e serviços externos	2012	2011	2010
Eletricidade	108.101 €	126.444 €	113.554 €
Combustíveis	7.653 €	7.300 €	6.398 €
Água	47.403 €	54.351 €	56.724 €
MAZOOTE - Outros fluidos	253.733 €	211.868 €	188.176 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.887 €	18.173 €	22.703 €
Material de escritório	1.348 €	3.428 €	2.856 €
Rendas e alugueres	- €	500 €	1.183 €
Comunicação	5.883 €	6.550 €	6.884 €
Seguros	24.434 €	7.734 €	12.976 €
Deslocações e estadas	- €	- €	- €
Honorários	111.188 €	117.797 €	113.329 €
Conservação e reparação	20.840 €	23.044 €	35.148 €
Publicidade e propaganda	1.198 €	2.000 €	120 €
Limpeza, Higiene e Conforto	14.914 €	26.508 €	28.215 €
Trabalhos especializados	15.452 €	25.442 €	22.781 €
Outros fornecimentos e serviços	27.334 €	25.990 €	36.962 €
Total	645.367 €	657.129 €	648.008 €

Há a destacar alguns resultados da política de contenção de custos em algumas áreas da empresa, quer seja através de um controlo rigoroso dos custos, por um lado, e por renegociação de preços com fornecedores, por outro.

2.2 Resultados

Em consequência dos Rendimentos e Gastos registados em 2012, foi apurado um resultado líquido de exercício positivo de € 15.040,05 (quinze mil e quarenta euros e cinco cêntimos). Com a obtenção deste resultado, a empresa obtém, pelo sétimo ano consecutivo, resultados positivos no seu exercício.

Resultados	2012	2011	2010
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:	351.558 €	289.665 €	157.179 €
<i>Gastos/Reversões de depreciação e de amortização</i>	<i>-298.087 €</i>	<i>-235.355 €</i>	<i>-95.090 €</i>
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):	53.470 €	54.310 €	62.089 €
<i>Juros e Gastos Similares suportados</i>	<i>-43.059 €</i>	<i>-40.554 €</i>	<i>-34.290 €</i>
Resultado antes Impostos:	10.411 €	13.755 €	27.800 €
<i>Imposto sobre Rendimento do Período</i>	<i>4.629 €</i>	<i>-6.774 €</i>	<i>-3.034 €</i>
Resultado Líquido do Exercício:	15.040 €	6.981 €	24.765 €

2.3. Situação Patrimonial

Capital Próprio

A principal variação do Capital Próprio, ocorrida em 2012, diz respeito à Rubrica – Outras Variações no Capital Próprio (contribuindo para que o total do Capital Próprio ser superior ao Capital Social, num valor considerável). Ver nota 12 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Capital Próprio	2012	2011	2010
Capital Social:	11.358.894 €	11.358.894 €	11.358.894 €
Resultados transitados:	-283.344 €	-280.519 €	-305.285 €
Outras Variações no Capital Próprio:	1.280.325 €	749.700 €	0 €
Subtotal:	12.355.875 €	11.828.075 €	11.053.609 €
Resultado Líquido do Exercício:	15.040 €	6.981 €	24.765 €
Total do Capital Próprio:	12.370.915 €	11.835.056 €	11.078.375 €

De 2001 a 2005 a empresa acumulou 5 anos de Resultados Líquidos Negativos, ficando os Resultados Transitados no final de 2005 num valor negativo acumulado de 924.355 €. De 2006 a 2012, fruto da obtenção de sete anos consecutivos de Resultados Líquidos Positivos, será possível diminuir o valor dos Resultados Transitados em 656,051 €, para 268.304 €, após a aplicação de resultados de 2012, conforme proposta deste Relatório. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2012 o Capital Próprio passou a ser 12.370.915 €.

Passivo

O Passivo da Gespaços apresenta valores que merecem alguma atenção. A análise detalhada está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

	2012	2011	2010
Total do Capital Próprio:	12.370.915 €	11.835.056 €	11.078.375 €
Passivo não Corrente	752.523 €	670.300 €	509.091 €
Financiamentos Obtidos	290.909 €	400.000 €	509.091 €
Passivo por impostos diferidos	461.614 €	270.300 €	0 €
Passivo Corrente	1.995.940 €	1.797.316 €	1.057.780 €
Fornecedores	808.677 €	564.767 €	580.015 €
Adiantamento de Clientes	0 €	0 €	0 €
Estado e Outros Entes Públicos	44.232 €	78.632 €	35.569 €
Financiamentos Obtidos	382.091 €	256.091 €	307.109 €
Outras Contas a Pagar	759.939 €	896.326 €	133.586 €
Diferimentos	1.000 €	1.500 €	1.500 €
Total do Passivo:	2.748.462 €	2.467.616 €	1.566.871 €
Total do Capital Próprio e do Passivo:	15.119.377 €	14.302.672 €	12.645.245 €

	2012	2011	2010
Total do Capital Próprio:	81,82%	82,75%	87,61%
Passivo não Corrente	4,98%	4,69%	4,03%
Passivo Corrente	13,20%	12,57%	8,37%
Total do Passivo:	18,18%	17,25%	12,39%
Total do Capital Próprio e do Passivo:	100,00%	100,00%	100,00%

Ativo

Em 2012, no Ativo Corrente da empresa merece-nos referência o valor apresentado na Rubrica Clientes, que representa, em grande parte, créditos sobre a Câmara Municipal relativos aos diversos protocolos celebrados e na Rubrica Outras Contas a Receber que corresponde essencialmente ao montante do subsídio para investimentos aprovado e a receber durante os próximos exercícios no montante de 97.814,75 € (a receber do QREN), e 753.940,41 € (a receber da CMPF a título de subsídio ao investimento de acordo com o contrato programa celebrado em 28 de Setembro de 2010, alterado em 11 de Janeiro de 2011, relativo à Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira), bem como ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, referentes ao exercício de

2012 mas a faturar à CMPF no decurso de 2013. Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Ativo	2012	2011	2010
Ativo não Corrente	12.866.561 €	12.121.019 €	11.559.217 €
Ativos Fixos Tangíveis	12.866.561 €	12.121.019 €	11.559.217 €
Ativo Corrente	2.252.816 €	2.181.653 €	1.086.028 €
Clientes	478.568 €	426.368 €	1.066.345 €
Adiantamento a Fornecedores	1.242 €	0 €	0 €
Estado e Outros Entes Públicos	15.784 €	13.970 €	14.105 €
Outras Contas a Receber	1.735.530 €	1.701.381 €	80 €
Diferimentos	12.308 €	29.195 €	1.833 €
Caixa e Depósitos Bancários	9.384 €	10.738 €	3.666 €
Total do Ativo:	15.119.377 €	14.302.671 €	12.645.245 €

2.4 Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Verificou-se um esforço grande por parte do Conselho de Administração em encurtar o Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores. Conseguiu-se reduzir em 23 dias o PMP, em relação a 2011. A redução deveu-se em parte ao pagamento de faturas relativas ao Parque Urbano de Paços de Ferreira, com o recebimento do QREN em 2012 do valor 922.185,25 €.

Descrição	2012	2011	2010
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	320	343	327

Nota: Neste rácio consideramos para além do saldo de Fornecedores o saldo da Rubrica Outras Contas a Pagar.

2.5 Prazo Médio de Recebimentos (PMR)

Verificou-se, neste indicador, um aumento do Prazo Médio em 2012, explicado pelo aumento significativo da rubrica Outras Contas a Receber, destacando-se o montante a receber da CMPF (753.940,41 €, a título de subsídio ao investimento de acordo com o contrato programa celebrado em 28 de Setembro de 2010, alterado em 11 de Janeiro de 2011, relativo à Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira).

Descrição	2012	2011	2010
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	332	277	240

Nota: Neste rácio consideramos para além do saldo de Clientes parte do saldo da Rubrica Outras Contas a Receber.

2.6 Dívidas ao Estado e Segurança Social

Devemos aqui mencionar que **não existem dívidas em mora ao Estado e Segurança à Social** à data do encerramento das contas.

2.7 Notas Finais

Por todas as notas avançadas nos itens anteriores, e apesar do contexto económico-financeiro mundial atual e para um futuro próximo, notam-se vários indícios de melhoria dos principais indicadores de análise da empresa. Esta Administração tem todas as condições para acreditar que os próximos anos são disso prova.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício em 31 de Dezembro de 2012 não se registou a ocorrência de qualquer facto relevante que altere significativamente a situação da empresa, conforme é reportada no presente Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas que lhe estão anexos.

Contudo, entendemos importante referir o seguinte facto:

A publicação da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e 55/2011, de 15 de Novembro, no seu artigo nº 70, “obrigou” a Gespaços “a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.” Os Estatutos atualizados da Gespaços foram aprovados na Reunião da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2013.

A Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto é bem clara quanto ao objeto social das empresas municipais, de tal forma que o objeto social da Gespaços passou a ser “*Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.*”

Como a Gespaços era já uma sociedade anónima, optou-se por alterar a designação social da Empresa para **Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.**

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Em virtude dos objetivos delineados e da evolução da empresa durante o ano de 2012 é expectativa deste Conselho de Administração que a atividade da Gespaços continue a registar um incremento na qualidade e variedade dos serviços prestados e a rentabilizar de forma cada vez mais eficiente a utilização e gestão dos recursos de que dispõe.

O sucesso desta evolução e em concreto das infra estruturas ao dispor da Gespaços dependerá, para além de outras condicionantes, da manutenção do carácter público do serviço prestado e, consequentemente, da continuidade do apoio da Câmara Municipal de Paços de Ferreira aos projetos desenvolvidos, apresentados e implementados, nomeadamente alargando o âmbito dos protocolos, de carácter social, no sentido de rentabilizar os espaços disponíveis em períodos de menor utilização.

A empresa alargou o âmbito da sua atividade, como forma de potenciar as receitas e mostrar mais sustentabilidade deste projeto. Para isto contribuirá o alargamento da gestão a mais equipamentos existentes e a criar pela CMPF e potenciar a possibilidade e obtenção de novas receitas nos equipamentos sob gestão da Gespaços.

No entanto, há que ter em consideração que a eficiência económica e financeira da gestão que tem sido apanágio deste Conselho de Administração leva-nos a ter em mente a prestação de serviços de uma forma mais competitiva para mantermos vivo o objetivo nem que seja paralelo, da diminuição da importância nas receitas da empresa do cliente Câmara Municipal.

Importante será a continuação da racionalização de custos operacionais da empresa, merecendo duas rubricas especial atenção:

- Custos com Pessoal, que cremos diluírem-se durante o presente ano de 2013 e seguintes, com o alargamento da gestão a novas infra estruturas municipais e a absorver uma percentagem cada vez menor das receitas operacionais da empresa,
- FSE, que com abertura por parte da empresa a formas alternativas de fornecimento de energia, considerando a possibilidades da biomassa, fotovoltaica, etc. Faz parte do Plano de Atividades para 2013-2015 a introdução de painéis solares em todos os equipamentos sob gestão da empresa, com o objetivo claro de baixar a fatura energética da empresa (na ordem dos 30% a 40%) e dar um pequeno contributo ao meio ambiente...

É expetável continuar a reduzir o PMP (Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores) e reduzir o PMR (Prazo Médio de Recebimentos de Clientes), uma vez que o Projeto de Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira tem de ficar encerrado financeiramente até 15 de Agosto de 2013.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de € 15.040,05 (quinze mil e quarenta euros e cinco cêntimos) transite para o exercício seguinte através da conta de Resultados Transitados.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o reconhecimento pela importante colaboração prestada por todos os colaboradores da Empresa, o qual é naturalmente extensivo aos fornecedores e outras instituições que colaboraram no exercício de 2012 e, muito especialmente, agradecer a confiança depositada pelo acionista da empresa, o qual espera que não seja, em circunstância alguma, defraudada.

Paços de Ferreira, 2 de Abril de 2013



O Presidente do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Balanço em 31.12.2012 e 31.12.2011

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	12.866.561,08	12.121.018,75
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - Outros métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		12.866.561,08	12.121.018,75
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes	9	478.567,89	426.368,34
Adiantamentos a fornecedores		1.242,10	0,00
Estado e outros entes públicos	15	15.783,73	13.969,72
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	10	1.735.530,42	1.701.381,32
Diferimentos	11	12.308,26	29.195,27
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	9.383,79	10.737,93
		2.252.816,19	2.181.652,58
Total do ACTIVO		15.119.377,27	14.302.671,33

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.
 Balanço em 31.12.2012 e 31.12.2011

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		11.358.894,07	11.358.894,07
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		(283.343,95)	(280.519,33)
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		1.280.324,76	749.700,00
Resultado líquido do período		15.040,05	6.980,90
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio	12	12.370.914,93	11.835.055,64
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	13	290.909,06	399.999,98
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	8	461.613,69	270.300,00
Outras contas a pagar			
		752.522,75	670.299,98
Passivo corrente			
Fornecedores	14	808.677,37	564.766,58
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	15	44.232,41	78.631,85
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13	382.090,92	256.090,92
Outras contas a pagar	16	759.938,89	896.326,36
Diferimentos	11	1.000,00	1.500,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		1.995.939,59	1.797.315,71
Total do Passivo		2.748.462,34	2.467.615,69
Total do Capital Próprio e do Passivo		15.119.377,27	14.302.671,33

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração


 62433


 Alberto Carlos de Sousa Gomes

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	11.358.894,07						(305.284,65)				24.765,32	11.078.374,74		11.078.374,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos											(270.300,00)		(270.300,00)		(270.300,00)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								24.765,32			1.020.000,00	(24.765,32)	1.020.000,00		1.020.000,00
	2							24.765,32			749.700,00	(24.765,32)	749.700,00		749.700,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											6.980,90	6.980,90		6.980,90
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											(17.784,42)	756.680,90		756.680,90
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	11	11.358.894,07					(280.519,33)			749.700,00	6.980,90	11.835.055,64		11.835.055,64

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Unidade monetária (1)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	11.358.894,07						(280.519,33)			749.700,00	6.980,90	11.835.055,64		11.835.055,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos								(9.805,52)			(191.313,69)		(201.119,21)		(201.119,21)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								6.980,90			721.938,45	(6.980,90)	721.938,45		721.938,45
	7							(2.824,62)			530.624,76	(6.980,90)	520.819,24		520.819,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											15.040,05	15.040,05		15.040,05
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											8.059,15	535.859,29		535.859,29
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	11=6+7+8+10	11.358.894,07						(283.343,95)			1.280.324,76	15.040,05	12.370.914,93		12.370.914,93

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2011	2010
Vendas e serviços prestados	+	17	1.516.039,24	1.539.497,24
Subsídios à exploração	+			
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-	18	(645.367,25)	(657.129,13)
Gastos com pessoal	-	19	(663.106,67)	(702.405,87)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	20	145.497,14	123.312,71
Outros gastos e perdas	-	21	(1.504,73)	(13.609,91)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		351.557,73	289.665,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(298.087,28)	(235.355,33)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		53.470,45	54.309,71
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-	22	(43.059,42)	(40.554,36)
Resultado antes de impostos	=		10.411,03	13.755,35
Imposto sobre rendimento do período	-/+	23	4.629,02	(6.774,45)
Resultado líquido do período	=		15.040,05	6.980,90
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
Resultado líquido do período atribuível a: (2)				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
	=		0,00	0,00
Resultado por acção básico				

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração




Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

Unidade monetária (1)

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				2012	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>					
Recebimentos de clientes		+		1.305.178,54	1.851.941,18
Pagamentos a fornecedores		-		(526.080,56)	(439.489,96)
Pagamentos ao pessoal		-		(473.705,23)	(504.788,65)
Caixa gerada pelas operações		+/-		305.392,75	907.662,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(6.990,51)	(6.778,43)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		(179.578,17)	(482.697,48)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		118.824,07	418.186,66
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-		(1.021.852,16)	(201.022,98)
Ativos intangíveis		-			
Investimentos financeiros		-			
Outros ativos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+			
Ativos intangíveis		+			
Investimentos financeiros		+			
Outros ativos		+			
Subsídios ao investimento		+		927.185,25	
Juros e rendimentos similares		+			
Dividendos		+			
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		(94.666,91)	(201.022,98)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		1.688.000,00	1.192.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+			
Cobertura de prejuízos		+			
Doações		+			
Outras operações de Financiamento		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(1.671.090,92)	(1.352.109,10)
Juros e gastos similares		-		(42.420,38)	(49.982,59)
Dividendos		-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-			
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	+/-		(25.511,30)	(210.091,69)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			(1.354,14)	7.071,99
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		10.737,93	3.665,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		9.383,79	10.737,93

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Anexo à Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

Unidade
monetária
(1)

RUBRICAS		NOTAS	Períodos	
			2012	2011
Numerário	+/-	4	4.523,25	7.455,21
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	+/-		4.860,54	3.282,72
Equivalentes a caixa	+/-		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	+/-		9.383,79	10.737,93
Outras disponibilidades:				
Dívidas a instituições de crédito	+/-		0,00	
Disponibilidades constantes do balanço			9.383,79	10.737,93

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas



A Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

31 de Dezembro de 2012

1. Identificação da entidade

A GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. é uma empresa municipal, com sede na Rua Capitão da Praça. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A sua atividade principal é a gestão de equipamentos municipais. A Empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte desse normativo as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade (adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras não foram derogadas quaisquer normas previstas no Sistema de Normalização Contabilística.

Os saldos incluídos nas rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e ao período de doze meses findos naquela data, respetivamente, são comparáveis com os saldos homólogos utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011.

3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, nos pressupostos subjacentes da continuidade das operações e do regime do acréscimo, atentos às características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, conforme o disposto nas BADF.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo, os quais foram aplicados consistentemente ao longo do tempo, salvo indicação em contrário.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado ("deemed cost"), no caso dos adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não é considerada qualquer quantia residual.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, à exceção dos terrenos que não são depreciables. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue (em anos):

Grupo homogéneo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	7-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Os dispêndios com reparações, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos, assim como os dispêndios com inspeção e conservação dos mesmos.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “*Outros rendimentos e ganhos*” ou “*Outros gastos e perdas*”, respetivamente.

Imparidade em ativos fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCRF 10.

Instrumentos financeiros

i) Contas a receber de Clientes e Outras Devedores

As dívidas de “*Clientes*” e “*Outros Devedores*” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, não obstante a maioria das vendas ser realizada em condições normais de crédito.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de “*Clientes*” e “*Outros Devedores*” de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade para que os saldos das contas a receber reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Contas a pagar de Fornecedores e Outras Credores

As dívidas a “*Fornecedores*” e “*Outros Credores*” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados pelo método do custo (utilizando uma das opções da NCRF 27), no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica *“Caixa e equivalentes de caixa”*, inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação futura (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar essa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Especialização do Exercício

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as mesmas são reconhecidas em rendimentos e gastos, respetivamente, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir as condições para a sua atribuição e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em rendimento do período, de acordo com o princípio do balanceamento entre benefício e custo.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos, abatimentos de preços e descontos concedidos, sendo reconhecido através das operações de venda e de prestação de serviços.

Quando o rédito é proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação ser fiavelmente mensurados.

Quando o rédito é proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada,
- ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade,
- iii) A fase de acabamento da transação à data de fim de exercício seja fiavelmente mensurada, e
- iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação de serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos serão reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material, nas quantias escrituradas de ativos e de passivos no decurso do ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível, à data da preparação das demonstrações financeiras, e com base no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

4. Fluxo de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários à ordem, sendo a sua decomposição a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a seguinte:

	2012	2011
Caixa	4.523	7.455
Depósitos bancários	4.861	3.283
Total....	9.384	10.738

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas, nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos (com IVA) e transações efetuadas (sem IVA) com partes relacionadas podem ser resumidos da forma que se segue:

Parte Relacinada	Saldos a receber em 2012	Saldos a receber em 2011	Saldos a pagar em 2012	Saldos a pagar em 2011
Câmara Munic. Paços de Ferreira	377.671	356.225	0	0
Total ...	377.671	356.225	0	0

Parte Relacionada	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2012	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2011	Compras em 2012	Compras em 2011
Câmara Munic. Paços de Ferreira	1.249.527	1.178.994	0	0
Total ...	1.249.527	1.178.994	0	0

Foi atribuído um subsídio ao investimento pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira de 758.940,41 do qual foi regularizado 5.000,00€ durante o ano de 2012, (de acordo com o contrato programa celebrado em 28 de Setembro de 2010, alterado em 11 de Janeiro de 2011, relativo à Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira).

O montante relativo às partes relacionadas referem-se à faturação a emitir no montante de 883.775 euros, referente na sua maioria às Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços

sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e no Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, referentes ao exercício de 2012 e a faturar à CMPF no decurso de 2013. Ver nota 10.

7. Ativos fixos tangíveis

No ativo fixo tangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Transporte	Administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em Curso	Total
1 de Janeiro de 2011							
Valor de aquisição ou reavaliado	11.328.979	342.715	29.100	82.103	38.514	48.968	11.870.378
Depreciação acumulada	86.075	108.328	27.088	60.991	28.680	0	311.161
Valor líquido	11.242.904	234.387	2.012	21.112	9.834	48.968	11.559.217
31 de Dezembro de 2011							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	11.242.904	234.387	2.012	21.112	9.834	48.968	11.559.217
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	0	0	7.500	0	7.500	782.157	797.157
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	200.459	19.143	1.129	5.656	8.968	0	235.355
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	11.042.445	215.244	8.384	15.456	8.365	831.125	12.121.019
31 de Dezembro de 2011							
Valor de aquisição ou reavaliado	11.328.979	342.715	36.600	82.103	46.014	831.125	12.667.535
Depreciação acumulada	286.534	127.471	28.216	66.647	37.648	0	546.516
Valor líquido	11.042.445	215.244	8.384	15.456	8.365	831.125	12.121.019
31 de Dezembro de 2012							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2012	11.042.445	215.244	8.384	15.456	8.365	831.125	12.121.019
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	1.029.163	13.145	0	1.322	0	0	1.043.630
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	831.125	0	0	0	0	-831.125	0
Depreciação do exercício	270.018	19.469	1.769	5.363	1.468	0	298.087
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2012	12.632.715	208.920	6.615	11.415	6.897	0	12.866.561
31 de Dezembro de 2012							
Valor de aquisição ou reavaliado	13.189.266	355.860	36.600	83.425	46.014	0	13.711.165
Depreciação acumulada	556.552	146.940	29.985	72.010	39.117	0	844.604
Valor líquido	12.632.714	208.920	6.615	11.415	6.897	0	12.866.561

8. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Activos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos
1 de Janeiro 2011	0	0
Subsídios para Investimentos	0	270.300
Reversão Impostos Diferidos	0	0
31 de Dezembro 2011	0	270.300
1 de Janeiro 2012	0	270.300
Subsídios para Investimentos	0	201.119
Reversão Impostos Diferidos	0	(9.806)
31 de Dezembro 2012	0	461.614

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a decomposição era a seguinte:

	2012	2011
Clientes	100.896	70.143
Perdas por imparidade	0	0
Partes relacionadas	377.671	356.225
Total ...	478.568	426.368

A dívida de clientes em 2012 com prazo até 90 dias cifra-se em 248.655,38 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 134.760,24 euros e a dívida superior a 180 dias é de 95.152,38 euros.

10. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2012	2011
Outras contas a receber	97.815	1.701.381
Imparidade das contas a receber	0	0
Outras contas a receber (liquido)	97.815	1.701.381
Outras contas a receber de partes relacionadas	1.637.716	0
Total ...	1.735.530	1.701.381

O saldo da rubrica de “Outras contas a receber” corresponde ao subsídio para investimentos do Programa Operacional Regional do Norte – ON2, a receber no montante de 97.815 euros. O montante relativo às partes relacionadas referem-se à faturação a emitir no montante de 883.775 euros, referente na sua maioria às Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde, e no Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, referentes ao exercício de 2012 e a faturar à CMPF no decurso de 2013, bem como, do subsídio ao investimento atribuído pela CMPF com o montante por receber de 753.940,41 (de acordo com o contrato programa

celebrado em 28 de Setembro de 2010, alterado em 11 de Janeiro de 2011, relativo à Requalificação e Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira).

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta conta era constituída maioritariamente por seguros pagos e rendas recebidas antecipadamente.

	2012	2011
Seguros e Outros gastos	12.308	29.195
Rendas	(1.000)	(1.500)
Total ...	11.308	27.695

12. Capital Próprio

O Capital Social, inteiramente realizado e detido a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, à data de 31 de Dezembro de 2012 ascendia a 11.358.894 euros.

Ao nível dos Resultados Transitados verificamos a seguinte evolução:

	2012	2011
Resultados Transitados - Saldo Inicial	(280.519)	(305.285)
Aplicação de Resultados do Exercício N-1	6.981	24.765
Ajustamentos Impostos diferidos	(9.806)	0
Resultados Transitados - Saldo Final	(283.344)	(280.519)

A rubrica de “Outras Variações no Capital Próprio” inclui os subsídios para investimentos, líquidos de impostos diferidos e a reconhecer em resultados, que foram atribuídos à GESPAÇOS no âmbito da requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira pela CMPF em 2012, ao abrigo do contrato programa celebrado com a CMPF, e pelo Programa Operacional Regional do Norte – ON2 em 2011 (operação com o código n.º NORTE-04-0241-FEDER-000822), cujo financiamento foi aprovado no âmbito do Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano e participado pelo FEDER em 85% do custo total elegível.

A evolução verificada nesta rubrica foi a seguinte:

	2012	2011
Subsídios para Investimentos - Saldo Inicial	749.700	0
Subsídios para Investimentos atribuídos	758.940	1.020.000
Imputação a resultados	(37.002)	0
Impostos Diferidos	(191.314)	(270.300)
Subsídios para Investimentos - Saldo Final	1.280.325	749.700

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os valores recebidos e por receber de subsídios eram os seguintes:

	Recebido em 2012	Recebido em 2011	A Receber em 2012	A Receber em 2011
Prog. Operac. RN – ON2	922.185	0	97.815	1.020.000
Contrato Programa PUPF - CMPF	5.000	0	753.940	0
Total ...	927.185	0	851.755	1.020.000

13. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos estão, na sua integralidade, denominados em euros e compreendem:

Empréstimo de médio e longo prazos – Em 20 de Agosto de 2010 foi feita uma reestruturação de responsabilidades contraídas junto da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, emergentes de uma operação de crédito com o número 9015/003556/392, por parte da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM, mais especificamente transformar um crédito em regime de conta corrente de 600.000,00 € (seiscentos mil euros) num empréstimo de médio e longo prazos pagável em seis anos em prestações mensais, com seis meses de deferimento a contar da data da perfeição do contrato (20 de Agosto de 2010). Após o período de deferimento, o capital e os juros serão pagos em 66 prestações mensais, postecipadas e sucessivas, de capital constante e juros ao saldo, ocorrendo a primeira 7 meses após a data do contrato. Até 20 de Fevereiro de 2011 venceram-se apenas juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um “spread” de 3,875%. A 20 de Março 2011 venceu-se a primeira prestação de capital (9.090,91 euros) mais juros, sendo que à data de 31 de Dezembro de 2012 encontravam-se por amortizar cerca de 44 prestações de capital (399.999,98 euros).

Crédito em regime de conta corrente - Em 20 de Agosto de 2010 foi celebrado um contrato de abertura de um crédito em regime de conta corrente contraída junto da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, para apoio à tesouraria da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM., no valor de 150.000,00 €. O capital utilizado vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada

período de contagem de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida de um “spread” de 6,25%. Durante o ano de 2012 foi pedido um reforço temporário nesta linha num montante de 125.000,00 €. A 31 de Dezembro de 2012 estava utilizado desta conta o montante de 273.000,00 euros.

Os financiamentos referidos encontram-se garantidos pela consignação das receitas legalmente não consignadas, nomeadamente as provenientes de Fundos Comunitários e/ou quaisquer verbas a receber do Município de Paços de Ferreira, no âmbito de contratos programa, dotações ou subsídios atribuídos, incluindo indemnizações compensatórias.

Resumindo esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 seguinte decomposição:

	2012	2011
Empréstimos bancários	673.000	656.091
Locações financeiras		
Participantes de capital - suprimentos		
Total ...	673.000	656.091
Dívida não corrente	290.909	400.000
Dívida corrente ...	382.091	256.091

A dívida bancária a médio e longo prazo (passivo não corrente) é exigível conforme a informação disponível no seguinte quadro:

Vencimento em:	
2014 (N+2)	109.091
2015 (N+3)	109.091
2016 (N+4)	72.727
Total ...	290.909

14. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2012	2011
Fornecedores e outros credores	808.677	564.767
Partes relacionadas	0	0
Total ...	808.677	564.767

A dívida de fornecedores em 2012 com prazo até 90 dias cifra-se em 252.859,85 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 78.362,05 euros e a dívida superior a 180 dias é de 477.455,10 euros.

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os montantes a haver e a pagar ao Estado e a outros entes públicos podem ser analisados da seguinte forma:

Saldos Devedores	2012	2011
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	15.784	13.970
Total ...	15.784	13.970

Saldos Credores	2012	2011
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.033	47.932
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	0	0
Imposto sobre Rend. P. Singulares	20.308	5.145
Contribuições para a Segurança Social	19.892	25.555
Total ...	44.232	78.632

16. Outras contas a pagar

Resumindo, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2012	2011
Fornecedores de investimentos	672.601	803.644
Remunerações a liquidar	73.632	74.008
Juros a liquidar	2.579	1.939
Outros acréscimos de gastos	11.126	16.735
Outros credores	0	0
Total ...	759.939	896.326

17. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no período de 2012 e de 2011, podem ser analisadas da seguinte forma:

	2012	2011
Prestações de serviços:		
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1.149.140	1.178.994
Utentes	325.907	329.095
Outras entidades	40.992	31.409
Total ...	1.516.039	1.539.497

18. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2012	2011
Outros Fluídos	253.733	188.176
Electricidade	108.101	113.554
Honorários	111.188	113.329
Água	47.403	56.724
Conservação e Reparação	20.840	35.148
Limpeza, higiene e conforto	14.914	26.508
Trabalhos especializados	15.452	25.442
Ferramentas e utens. desg. rápido	5.887	18.173
Outros	67.849	80.076
Total ...	645.367	657.129

19. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2012	2011
Salários e ordenados	544.453	575.757
Gastos com rescisão de contratos	0	0
Contribuições para a segurança social	113.317	120.000
Outras despesas c/ pessoal	5.337	6.649
Total ...	663.107	702.406

Os outros gastos com o pessoal englobam seguros acidentes trabalho, gastos de acção social, entre outros.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2012 foi de:

	2012	2011
Número médio de empregados	59	59
Número de empregados no fim do período	58	59

20. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos incluem faturação emitida à Câmara Municipal de Paços de Ferreira no valor de 49.101 euros, relacionada nomeadamente com a refaturação de gastos à Câmara Municipal de Paços de Ferreira, relativos a atividades desportivas do concelho organizadas pela Gespaços, inscrições em provas de natação e pólo aquático e também exames médicos a todos os desportistas federados.

	2012	2011
Aluguer de Equipamento	53.505	51.675
Outros rendimentos suplementares	5.886	9.389
Imputação de subsídios para Investimentos	37.002	0
Outros rendimentos e ganhos não especificados	49.104	62.248
Total ...	145.497	123.313

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, repartiam-se do seguinte modo:

	2012	2011
Impostos	171	115
Correcções relativas a períodos anteriores	0	1.917
Insuficiência de estimativa de imp. s/ rendimento	0	0
Outros gastos e perdas	1.334	11.578
Total ...	1.505	13.610

22. Gastos financeiros líquidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2012	2011
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	43.059	40.554
Outros	0	0
Outros gastos e perdas de financiamento	0	0
Juros obtidos (-)	0	0
Total ...	43.059	40.554

23. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento estão reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Imposto corrente	5.177	6.774
Imposto diferido	-9.806	0
	-4.630	6.774

A estimativa de imposto foi apurada tendo em conta o regime geral do Imposto sobre o Rendimento (IRC), pelo que foi aplicada da taxa de 25% sobre a matéria coletável, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, foi apurada derrama municipal à taxa de 1,5%, na medida em que os lucros tributáveis estão sujeitos a este imposto nos

termos da Lei das Finanças Locais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo que, na opinião da Administração, não é previsível que ocorram correções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

Informamos ainda que a 31 de Dezembro de 2012 a Empresa tem a situação regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como se segue:

	2012	2011
Resultado antes de impostos	10.411	13.755
Resultado antes de impostos sujeito	10.411	22.947
Taxa de imposto	25%	0%
Imposto sobre rendimento tributável	2.603	4.174
Tributações autónomas	2.418	2.256
Derrama	156	344
Imposto sobre o rendimento do período	5.177	6.774
Impostos diferidos do período	(9.806)	0
Imposto sobre o rendimento	(4.629)	6.774
Taxa efectiva imposto	----	49,25%

24. Passivos Contingentes

Não existem obrigações da Empresa que possam ser consideradas passivos contingentes.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em conformidade com o disposto na b), n.º1 do Art.º 66º-A, os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos à Certificação Legal das Contas, em 2012 e 2011 foram os seguintes (valores sem IVA):

	2012	2011
Honorários do Revisor Oficial de Contas	5.000	5.000
Total ...	5.000	5.000

26. Outras Informações

Não existem outras informações para além daquelas apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

27. Eventos Subsequentes

Até à data da aprovação de contas não foram identificados quaisquer eventos subsequentes que ponham em causa as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2012.

28. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 2 de Abril de 2013.

Técnico Oficial de Contas



(Miguel Pinto, T.O.C.nº62433)

Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS